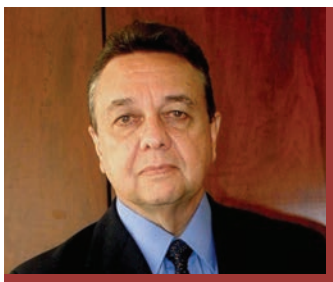


Diário de bordo

Democracia e poder



Roberto Rodrigues*

EM RECENTE reunião acadêmica realizada em Copenhague, Dinamarca, para discutir as expectativas colocadas pela FAO e pela OCDE quanto ao futuro da agricultura global e do combate à fome, tive oportunidade de visitar o Conselho Dinamarquês de Agricultura e Alimentação.

Trata-se de uma poderosa organização que agrega todos os elos das cadeias produtivas daquele desenvolvido país. Lá estão os representantes dos insumos, os produtores rurais (incluindo aí as associações e as cooperativas), a indústria de transformação e os *traders* responsáveis pelo mercado interno e pelas exportações.

Portanto, é uma entidade que transcende as responsabilidades da defesa política do agronegócio dinamarquês – embora este seja um de seus principais papéis –, para assumir também funções comerciais bastante definidas, passando pela industrialização das matérias-primas – a indústria de alimentos –, que em grande parte é realizada pelas cooperativas.

Dessa forma, o poder político da organização é incrementado pelo vigoroso poder econômico dos seus membros, diretamente conectados ao mercado. Só em 2009, as exportações dos seus associados (que empregam 150 mil pessoas) chegaram à casa dos 15 bilhões de euros, o equivalente a 19 bilhões de dólares.

Em seu portfólio, o Conselho tem por objetivo “assegurar que o setor agroin-

dustrial represente uma força orientada para identificar soluções balanceadas entre a economia, a saúde, o meio ambiente e o bem-estar humano e animal”. E “assegurar que ele, o Conselho, seja reconhecido como um dos três mais informados e confiáveis organismos de negócios da Dinamarca”.

É uma missão ambiciosa e implica exercício de poder.

É bem verdade que a maior parte da força política do Conselho é determinada pelo poderoso movimento cooperativista do país: cooperativas muito grandes, entre as maiores da Europa, são responsáveis pela industrialização do leite, pela produção de rações e complementos minerais para animais e possuem os maiores frigoríficos europeus para carne suína e de aves, além de serem os maiores processadores de couros (peles de animais) do mundo.

Com tal poder, o Conselho realmente influi de forma incisiva na formulação de políticas públicas para o setor, seja no país, seja em Bruxelas, onde funcionam as instituições da União Europeia.

Perguntado há pouco tempo sobre como se sentia diante de interlocutor tão poderoso, o Ministro da Agricultura respondeu que é muito difícil negociar com o líder do Conselho, dada a importância do setor que representa, mas, por outro lado, é um conforto: uma vez discutido e resolvido um assunto com este interlocutor, não é preciso falar com mais ninguém, as decisões tomadas podem ser implementadas sem que haja questionamento.

Isso também é democracia: há poder, mas ele vem da representatividade legítima; os conflitos naturais que existem dentro das cadeias produtivas são resolvidos internamente e, uma vez assumida uma solução, cabe a um único negociador implementá-la junto aos órgãos do Estado. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Declínio da extensão rural



Cesário Ramalho*

A EXTENSÃO rural no Brasil está sucateada. Dados do mais recente Censo Agropecuário do IBGE, que cobriu os anos de 1996 a 2006, mostram que a orientação técnica chega a apenas 22% dos estabelecimentos rurais do País.

O fim da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), no começo dos anos 90, desencadeou o processo de declínio da assistência técnica rural de caráter público. A Embrater, que tinha orçamento próprio similar ao da Embrapa, distribuía recursos para as unidades estaduais, batizadas de Emater. Calcula-se que, na época, 80% do orçamento de cada Emater tinham como origem o repasse federal.

Com o fim do órgão, somente os Estados que assumiram a conta conseguiram manter – arduamente, diga-se de passagem – o trabalho de extensão rural. São os casos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, e de São Paulo por meio da Cati. Convênios com municípios que têm como lastro econômico o agronegócio foram outra alternativa encontrada pelas Ematers, a fim de substituir a verba que era proveniente de Brasília.

O fato é que deixou-se de investir em algo básico e estratégico para a sustentabilidade do agro. Foi uma decisão míope, pautada apenas pela visão de cortar gastos.

Sem conhecimento técnico isento, o produtor ficou desatualizado, perdeu

competitividade e tornou-se refém de fontes de informação de interesse particular. Além disso, o fabuloso trabalho de pesquisa desenvolvido pela Embrapa – que sofre com um caixa enxutíssimo –, pelo IAC, Iapar, entre outros centros de excelência científica, tem seu benefício limitado. Se a novidade tecnológica não chega de maneira confiável ao produtor, por meio de uma boa extensão rural, o que vale o estudo científico?

Hoje, o profissional técnico mais próximo do produtor é o representante de vendas das empresas de insumos. Este cenário cria um conflito de interesses. O vendedor – legitimamente – quer vender o seu produto. Tem como objetivo bater a meta do mês. Entretanto, o modelo minimamente aceitável exige que o produtor tenha uma orientação técnica independente. E isso, somente a extensão rural administrada ou mediada pelo Estado pode oferecer.

Precisamos de políticas governamentais eficientes de estímulo à assistência técnica rural. A lei federal de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), promulgada no início do ano, é um primeiro passo, mas que vem esbarrando na burocracia estatal.

A verdade é que o histórico do serviço público no Brasil é ruim em todas as áreas. Uma alternativa, que tiraria a responsabilidade de gestor e executor do Estado, deixando-o no papel de financiador e fiscalizador, seria subsidiar o produtor para que ele contrate assistência técnica rural por conta própria. Uma prestação de serviço tradicional.

Para receber esse crédito, o produtor se comprometeria a cumprir, por exemplo, uma série de requisitos relacionados à gestão ambiental de sua propriedade. De certo modo, a Ater ensaia algo parecido. Mas a situação está muito distante do que pode ser chamada de satisfatória, e o produtor encontra-se desprotegido. Até o momento, não observamos este importante assunto na agenda dos candidatos. O próximo presidente da República vai precisar encarar a questão. ■

Opinião

Novo papel



João Sampaio*

MUITAS VEZES, esquecemos que a agricultura, atividade econômica geradora de emprego, renda e saldos na balança comercial exportadora do País, é também a responsável pelo alimento que chega à mesa do brasileiro.

Falamos da “agriCULTURA”, ou da cultura de produtos agrícolas, ou ainda, da produção e do produtor. Carecemos de uma discussão mais aprofundada sobre o “agriCONSUMO”, ou o consumo de produtos agrícolas, que deve ser considerado o maior e melhor instrumento para a solução dos mais graves problemas de saúde pública: as Doenças Crônicas Não Transmissíveis, conhecidas como DCNTs, são os diabetes, a hipertensão, dislipidemia e outras doenças cardiovasculares.

Segundo dados do Ministério da Saúde, o Sistema Unificado de Saúde (SUS) destina quase 70% dos seus gastos para tratar de pessoas com DCNT. O valor é assombroso! Ainda mais se pensarmos que esses gastos terão sempre de ser ampliados. Sim, porque doença crônica não tem cura. Quanto mais investirmos para que os portadores resistam aos efeitos maléficos das doenças, mais tempo eles ficarão no sistema, e mais dinheiro deverá ser despendido.

Mas alguém há de perguntar: como estancar a crescente epidemia de DCNTs, que se alastra pelo Brasil e já é a *causa mortis* de quase 60% dos brasileiros?

A solução não é, de fato, tão complicada. Nada menos que 75% das DCNTs poderiam ser evitadas se controlássemos seus três principais fatores de risco: alimentação inadequada, sedentarismo e tabagismo.

Precisamos, urgentemente, orientarmos nossas políticas públicas para a promoção da saúde e a prevenção contra DCNTs. É inadiável uma discussão mais aprofundada sobre o novo papel social da agricultura e de suas Secretarias ou Ministério. Claro que temos de enxergar o setor agrícola como um fator de estabilidade social e gerador de renda, mas não dá mais para ignorar a relevância que ele tem, principalmente na saúde da população.

A pesquisa agropecuária deve dedicar-se ao desenvolvimento de novas variedades de frutas e hortaliças que sejam resistentes e ricas em seus micronutrientes naturais, nas novas técnicas de produção intensiva de alimentos. Inovar nas embalagens, em transporte e armazenamento. A assistência técnica focada no atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, que são os responsáveis pela produção de todos os tipos de alimentos que chegam à nossa mesa, também colabora na construção de um novo patamar na produção de alimentos.

O poder público precisa investir fortemente, através de todos os canais possíveis de comunicação, numa campanha de reeducação alimentar para toda a população, que hoje se alimenta de acordo com o que ditam as campanhas publicitárias de alimentos e bebidas, nem sempre saudáveis.

Precisamos modernizar totalmente o nosso conceito de abastecimento de alimentos, fazer com que, diariamente, toda a população possa renovar, em seu corpo, seu estoque de micro e macronutrientes necessários para ter uma vida com muita saúde. Por fim, entendemos que, simbolicamente, o novo papel da agricultura é completar um dito popular, muito conhecido, para torná-lo uma bandeira em favor da consciência alimentar e do bem-estar da população: Esporte é saúde, e saúde é comer bem. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de agricultura e abastecimento do Estado de São Paulo